SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

PROVA OBJETIVA – (MANHÃ)

ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS
DIREITO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE

SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de sala;
- o cartão de respostas das questões objetivas;
- a folha de textos definitivos para a redação.

TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha destinada aos textos definitivos da redação.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e folha de texto definitivo, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Básicos: Língua Portuguesa

As questões da prova de Língua Portuguesa referem-se ao TEXTO a seguir:

O Brasil na crise do clima

Dimas Ramalho

Chuvas apocalípticas no Rio Grande do Sul, secas extremas no Pantanal e na Amazônia, inundações recordes em países da Ásia e da Europa, ondas de calor mortíferas nos quatro cantos do mundo. São gritantes os sinais de que algo está profundamente errado no clima planetário.

Nem todo mundo entende, porém, que por trás desse fenômeno alarmante está a mão do homem. Após décadas de estudos e medições, não resta dúvida de que a causa do aquecimento global são os gases do efeito estufa emitidos por seres humanos, a maior parte deles proveniente da queima de petróleo e seus derivados.

Com a elevação da temperatura média do globo, tornam-se mais frequentes os chamados eventos climáticos extremos, com consequências tremendas para as populações humanas e os ecossistemas naturais. Segundo a pesquisa Datafolha, 77% da população brasileira vivenciou recentemente algum evento desse tipo.

Por mais que os efeitos da mudança climática venham ficando cada dia mais evidentes no planeta, enfrentar as suas causas tem-se mostrado uma tarefa imensamente complexa. A principal razão é que reduzir drasticamente as emissões de gases do efeito estufa implica uma mudança radical na matriz energética global, ainda amplamente baseada no petróleo.

Nessa verdadeira corrida contra o tempo, o Brasil curiosamente desponta de maneira singular. Por aqui, as principais fontes de poluição não provêm, como nas outras grandes economias do mundo, de atividades industriais e da queima de combustíveis fósseis, mas do desmatamento.

A floresta derrubada libera na atmosfera todo o carbono armazenado na madeira, nas folhas e nas raízes quando é queimada ou apodrece sobre o solo. Já a atividade pecuária, além de relevante indutor do desmatamento na Amazônia, libera, por meio da digestão dos ruminantes, o metano, um dos gases que mais potencializam o efeito estufa.

Hoje, felizmente, boa parte dos produtores já entendeu isso, e vêm investindo no aumento da produtividade no campo e ampliando a chamada agricultura de baixo carbono. Um agronegócio com consciência ambiental combinado a um combate firme do desmatamento por parte dos governos forma uma aliança poderosa, que beneficiará o Brasil e o mundo.

1

Assinale a opção em que a palavra não se acentua pelo mesmo motivo das demais.

(A) Petróleo.
(B) Bênção.
(C) Raízes.
(D) Agronegócio.
(E) Média.

2

No trecho: "Por mais que os efeitos da mudança climática venham ficando cada dia mais evidentes no planeta, enfrentar as suas causas tem-se mostrado uma tarefa imensamente complexa.", a locução conjuntiva em destaque poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por

(A) porquanto.
(B) conquanto.
(C) dado que.
(D) como.
(E) à medida que.

3

Em "enfrentar as suas causas tem-se mostrado uma tarefa imensamente complexa", o elemento em destaque funciona como

(A) um pronome apassivador.
(B) um pronome reflexivo.
(C) um índice de indeterminação do sujeito.
(D) uma parte pronominal do verbo.
(E) uma conjunção integrante.

4

No trecho "não resta dúvida de que a causa do aquecimento global são os gases do efeito estufa emitidos por seres humanos", assinale a opção que classifica corretamente a oração subordinada.

(A) Oração subordinada adverbial causal.
(B) Oração subordinada substantiva objetiva indireta.
(C) Oração subordinada substantiva completiva nominal.
(D) Oração subordinada adjetiva restritiva.
(E) Oração subordinada adverbial consecutiva.

5

Quanto à concordância do trecho "um dos gases que mais potencializam o efeito estufa", é correto afirmar que

(A) o verbo deve estar obrigatoriamente no plural para concordar com o núcleo *gases*.
(B) há possibilidade da dupla concordância.
(C) o uso popular destas expressões permite o plural.
(D) o elemento partitivo permite somente a concordância no singular.
(E) a dupla concordância só seria possível se a expressão fosse "grande parte de".

6

No trecho: "Nessa verdadeira corrida contra o tempo, o Brasil curiosamente desponta de maneira singular.", o termo sublinhado ***não*** tem o significado de

(A) prosaica.
(B) própria.
(C) particular.
(D) distinta.
(E) peculiar.

7

Assinale a opção em que a palavra formada não se estrutura a partir de uma derivação regressiva.

(A) queimar - queima
(B) combater - combate
(C) liberar - libera
(D) estudar - estudo
(E) aumentar - aumento

8

Assinale a opção em que a função de linguagem predominante no texto, e sua justificativa, está corretamente indicada.

(A) Função fática, tendo em vista que se faz um apelo ao leitor do texto sobre os efeitos da ação humana no clima.
(B) Função metalinguística, uma vez que há reflexões sobre os próprios procedimentos do fazer textual.
(C) Função conativa, considerando que o canal de recepção do artigo é fundamental para seu alcance.
(D) Função referencial, já que o conteúdo ganha destaque em relação à forma como o texto é escrito.
(E) Função subjetiva, devido às inúmeras inscrições de ponto de vista do autor, como "apocalípticas" e "mortíferas".

9

No trecho "Hoje, felizmente, boa parte dos produtores já entendeu isso [...]", o modalizador destacado funciona como um avaliador afetivo, ampliando a dimensão argumentativa do ponto de vista que se deseja defender.

Assinale a opção em que o advérbio em destaque apresenta esse mesmo valor semântico.

(A) Nessa verdadeira corrida contra o tempo, o Brasil curiosamente desponta de maneira singular.
(B) Uma mudança radical na matriz energética global, ainda amplamente baseada no petróleo.
(C) Após décadas de estudos e medições, não resta dúvida de que a causa do aquecimento global são os gases do efeito estufa emitidos por seres humanos.
(D) Por aqui, as principais fontes de poluição não provêm, como nas outras grandes economias do mundo, de atividades industriais e da queima de combustíveis fósseis, mas do desmatamento.
(E) Segundo a pesquisa Datafolha, 77% da população brasileira vivenciou recentemente algum evento desse tipo.

10

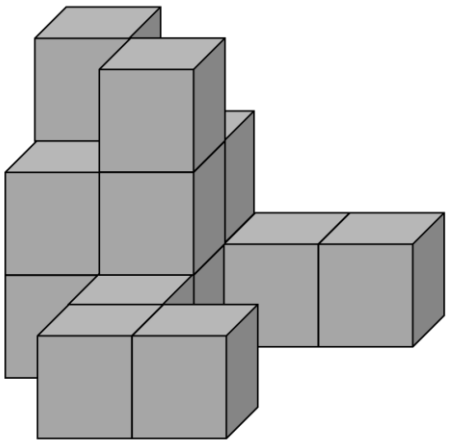
Assinale a opção que indica corretamente a estratégia argumentativa utilizada no primeiro parágrafo.

(A) Parte-se de uma premissa mais geral para se concluir um fato.
(B) Parte-se de premissas baseadas na observação para se constatar uma ideia mais geral.
(C) Parte-se de uma explicação sobre o tema para estabelecer uma hipótese.
(D) Parte-se de um recorte sobre o assunto a fim de criar uma verdade científica.
(E) Parte-se de uma analogia para relativizar as conclusões a que se pode chegar.

Raciocínio Lógico Matemático

11

A Figura mostra como 17 caixas cúbicas idênticas foram organizadas, dispostas lado a lado e empilhadas, alinhadas sem espaçamentos. Por conta do ângulo de visão oferecido pela figura, algumas caixas não são diretamente visíveis, por estarem encobertas por outras.



Quantas são as caixas que ***não*** são diretamente visíveis?

(A) 2
(B) 3
(C) 4
(D) 5
(E) 6

12

Em um mapa desenhado em escala 1:120.000.000, a área de uma determinada região mede $4cm^2$.

Se o mapa estivesse desenhado em escala 1:60.000.000, então a medida da respectiva região, em centímetro quadrado, mediria

(A) 1
(B) 2
(C) 4
(D) 8
(E) 16

13

Sabe-se que uma equipe formada por 8 bibliotecários cataloga, em média, 192 obras, a cada 6 horas. Para todos os fins, considere que todos os bibliotecários trabalham em um mesmo ritmo de catalogação, por hora.

Mantendo-se esse ritmo, quantas obras seriam catalogadas por 10 bibliotecários, em 8 horas de trabalho?

(A) 1280
(B) 640
(C) 320
(D) 256
(E) 206

14

Dados dois conjuntos *A* e *B* não vazios, o conjunto *A – B* é definido por $A - B = \{x / x \in A \text{ e } x \notin B\}$.

Suponha que A possua, no mínimo, 7 elementos e que B possua, no máximo, 4 elementos.

Nessa situação o menor número de elementos que o conjunto *A – B* poderá ter é

(A) 3
(B) 4
(C) 7
(D) 10
(E) 11

15

Sabe-se que 15% de um determinado valor V_1 correspondem a 20% de um valor V_2.

O valor V_2 corresponde a que percentual do valor V_1?

(A) 95%
(B) 75%
(C) 35%
(D) 25%
(E) 5%

16

Em uma reunião, há 6 pessoas presentes. Ficou decidido que um subgrupo com 2, 3, 4 ou 5 pessoas presentes na reunião seria formado para participar de uma auditoria.

Qual é o número máximo de grupos diferentes que poderiam ser montados para cumprir tal tarefa?

(A) 24
(B) 30
(C) 56
(D) 57
(E) 64

17

Suponha que a proposição lógica dada a seguir é falsa:

Se João trabalha, então Maria toma conta de sua mãe.

Portanto, é verdadeira a proposição:

(A) João trabalha e Maria não toma conta de sua mãe.
(B) João não trabalha e Maria toma conta de sua mãe.
(C) João não trabalha ou Maria toma conta de sua mãe.
(D) João trabalha e Maria toma conta de sua mãe.
(E) Se Maria não toma conta de sua mãe, então João não trabalha.

18

Em uma biblioteca, a presença de alguma obra rara no salão de leitura é suficiente para garantir que os bibliotecários João e Maria acompanharão a visitação do público.

Portanto, nessa biblioteca,

(A) o fato de João e Maria não acompanharem a visitação do público é necessário para se garantir que não há qualquer obra rara no salão de leitura.
(B) o fato de João ou Maria não acompanharem a visitação do público é suficiente para se garantir que não há qualquer obra rara no salão de leitura.
(C) o fato de João ou Maria não acompanharem a visitação do público é necessário para se garantir que não há qualquer obra rara no salão de leitura.
(D) a ausência de qualquer obra rara no salão de leitura é suficiente para se garantir a dispensa de João e Maria.
(E) apenas João e Maria trabalham com obras raras.

19

Considere as seguintes cinco afirmações acerca de Carlos, entre as quais apenas três são falsas.

Afirmação 1: Carlos não foi ao mercado.

Afirmação 2: Carlos comprou nada e foi ao cinema.

Afirmação 3: Carlos foi ao mercado e comprou apenas 5 produtos.

Afirmação 4: Carlos foi ao mercado e comprou apenas 10 produtos.

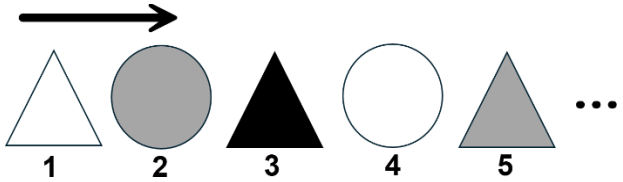
Afirmação 5: Carlos foi ao mercado e comprou apenas 12 produtos.

Portanto, Carlos

(A) não foi ao mercado, mas foi ao cinema.
(B) não foi ao cinema, mas foi ao mercado.
(C) não foi ao mercado, nem foi no cinema.
(D) foi ao mercado, comprou 5 produtos e foi ao cinema.
(E) foi ao mercado, comprou 12 produtos e foi ao cinema.

20

A seguir, apresentam-se os cinco primeiros termos de uma sequência de figuras geométricas, que evoluem segundo dois padrões. O primeiro: as figuras geométricas se alternam entre "triângulo" e "círculo". O segundo: as cores se alternam, sempre seguindo a ordem "branco" - "cinza" - "preto".



As figuras associadas a dois termos da sequência são iguais, em forma e cor, se, e somente se, a diferença entre os números associados a cada uma é múltipla de

(A) 2
(B) 3
(C) 5
(D) 6
(E) 10

Atualidades

21

O Prêmio Jabuti é uma das mais prestigiosas premiações da literatura brasileira, reconhecendo obras de destaque em diversas categorias. Em 2025, na categoria História e Arqueologia, foi laureada uma obra que aborda questões sobre identidade racial na sociedade brasileira.

O nome da autora premiada com o Jabuti Acadêmico 2025, na categoria História e Arqueologia pela obra "Imagens da branquitude: a presença da ausência", é

(A) Conceição Evaristo.
(B) Lilia Moritz Schwarcz.
(C) Clarice Lispector.
(D) Fernanda Montenegro.
(E) Elisa Lucinda.

22

Em 2025, o cinema brasileiro conquistou um marco histórico ao vencer o Oscar de Melhor Filme Internacional, categoria na qual o país havia sido indicado outras vezes sem conseguir a premiação máxima.

O título do filme brasileiro que ganhou o Oscar de Melhor Filme Internacional, em 2025, é

(A) Central do Brasil.
(B) O Brutalista.
(C) O que é isso, companheiro?
(D) Ainda estou aqui.
(E) Democracia em vertigem.

23

O termo *brain rot* foi eleito expressão do ano de 2024, pelo Dicionário Oxford. Os especialistas em recursos humanos identificam que os sintomas do *brain rot* estão relacionados a

(A) deterioração das habilidades cognitivas causada pelo consumo excessivo de conteúdo digital de baixa qualidade.
(B) síndrome do esgotamento profissional em razão do tempo de deslocamento de casa para o trabalho.
(C) dependência química causada pelo uso prolongado de dispositivos eletrônicos.
(D) perda de memória temporária motivada pela realização de tarefas repetitivas no ambiente de trabalho.
(E) transtorno obsessivo gerado pelo consumo de pornografia na internet.

24

Durante a pandemia de COVID-19, o intelectual Yuval Noah Harari analisou os fatores determinantes para enfrentar crises sanitárias globais em sua obra "Notas sobre Pandemia". Segundo o autor, as sociedades que melhor responderam à crise priorizaram estratégias baseadas em cooperação internacional e transparência científica.

De acordo com a análise de Harari, os fatores essenciais para a prevenção de futuras pandemias são

(A) o não intervencionismo estatal e a inovação tecnológica na área médica.
(B) a superação do globalismo e o desenvolvimento científico.
(C) a troca de informação científica confiável e a solidariedade global.
(D) a solidariedade global e o monopólio estatal para produção de vacinas.
(E) a troca de informação científica confiável e o uso de inteligência artificial.

25

O BRICS foi fundado no ano de 2009, sendo composto inicialmente por Brasil, Rússia, Índia e China. Segundo dados da COMEVIX (Balança Comercial e Estatísticas de Comércio Exterior), atualmente, em termos de comércio exterior, o Brics responde por 24% das trocas mundiais.

Após a Declaração de Johanesburgo, de agosto de 2023, seis novos imigrantes foram admitidos, dentre eles,

(A) Estados Unidos, Canadá e México.
(B) Argentina, Uruguai e Paraguai.
(C) Irã, Egito e Emirados Árabes Unidos.
(D) Portugal, França e Itália.
(E) Indonésia, Tailândia e Vietnã.

26

Em 20 de outubro de 2023, entrou em vigor a Lei nº 14.701 que institui o Marco Temporal, trazendo implicações relevantes aos povos originários do Brasil. A lei é objeto de ações que questionam sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

A lei do Marco Temporal estabelece que

(A) as mulheres indígenas só podem casar-se após 18 anos.
(B) novas atividades de mineração, em terras indígenas, só podem ser iniciadas após a vigência da lei.
(C) os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam na data de promulgação da Constituição Federal de 1988.
(D) os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam até o ano de 1500.
(E) os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras por eles ocupadas e registradas após a vigência da lei.

27

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, RIO+20, foi realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2012. A RIO+20 deu início ao processo que resultaria nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados pela ONU em 2015, como uma nova agenda global para o desenvolvimento sustentável até 2030 (Agenda 2030).

Dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destacam-se:

(A) Livre concorrência; Capital humano; Ação contra a mudança global do clima.
(B) Crescimento econômico; Energia limpa e sustentável; Novas tecnologias.
(C) Reindustrialização; Sustentabilidade ambiental; Indústria armamentista.
(D) Erradicação da pobreza; Igualdade de gênero; Fome zero e agricultura sustentável.
(E) Redução das desigualdades; Inteligência artificial; Ensino domiciliar.

28

Em novembro de 2021, os Estados-membros da UNESCO adotaram o primeiro acordo global sobre ética da inteligência artificial, estabelecendo valores e princípios para o desenvolvimento responsável dessa tecnologia.

Sobre os princípios fundamentais desse acordo histórico, analise os itens a seguir.

I. Promoção dos direitos humanos e garantia de transparência no desenvolvimento tecnológico.
II. Fomento exclusivo às parcerias entre Estados e empresas privadas.
III. Preservação da privacidade e responsabilidade no uso da inteligência artificial.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

29

Em agosto de 2025, a British Petroleum (BP) anunciou a maior descoberta de petróleo e gás da empresa em 25 anos, localizada em águas profundas a 2.372 metros de profundidade, na região do pré-sal brasileiro.

A descoberta da BP está situada na

(A) Bacia do Rio Amazonas.
(B) Bacia do Rio da Prata.
(C) Bacia de Campos.
(D) Bacia do Espírito Santo.
(E) Bacia de Santos.

30

Em abril de 2025, os Estados Unidos assinaram um acordo estratégico com a Ucrânia para exploração de recursos minerais, como parte dos esforços de reconstrução pós-guerra. O presidente Donald Trump condicionou esse acordo às garantias de segurança fornecidas a Kiev, durante o conflito com a Rússia.

Dois dos minerais considerados estratégicos nesse acordo são

(A) ferro e carvão.
(B) lítio e titânio.
(C) carvão e petróleo.
(D) ouro e prata.
(E) urânio e magnésio.

Conhecimentos Específicos: Direito Constitucional

31

João, convidado para assessorar o Chefe do Poder Executivo federal, resolveu analisar as atribuições do Presidente da República, de forma a prestar um serviço com mais eficiência e qualidade.

Em sua análise, João considerou as seguintes atribuições:

I. Prestar, semestralmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

II. Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.

III. Celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República atribuição elencada em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

32

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição da República.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

( ) São bens da União os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.

( ) Compete privativamente à União legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, sendo certo que lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas destas matérias.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V, V, V.
(B) F, V, F.
(C) V, F, V.
(D) F, F, V.
(E) F, F, F.

33

No contexto das funções essenciais à Justiça, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.

( ) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

( ) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F, V, F.
(B) V, F, V.
(C) F, V, V.
(D) V, V, F.
(E) F, F,**34**

Com o objetivo de contribuir para a construção de um país mais próspero e justo, Luiz, maior e capaz, com trinta anos de idade, pretende se candidatar no âmbito do hipotético processo eleitoral que será efetivado no corrente ano.

Considerando exclusivamente os cargos políticos eletivos previstos na Constituição Federal, assinale a opção que apresenta, de forma mais abrangente, todos os cargos aos quais Luiz pode concorrer no âmbito de eleições oficiais.

(A) Presidente e Vice-Presidente da República, Senador, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito, juiz de paz e Vereador.
(B) Senador, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito, juiz de paz e Vereador.
(C) Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito, juiz de paz e Vereador.
(D) Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito, juiz de paz e Vereador.
(E) Prefeito, Vice-Prefeito, juiz de paz e Vereador.

35

Em razão das constantes reportagens transmitidas nos grandes veículos de comunicação social sobre o garimpo ilegal e ataques aos povos originários na região da Amazônia, há um crescente apelo social para que seja deflagrada comissão parlamentar de inquérito, em âmbito federal, sobre a matéria.

Nesse cenário hipotético, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que

(A) a comissão parlamentar de inquérito, em âmbito federal, será criada junto à Câmara dos Deputados, sendo certo que as suas conclusões serão encaminhadas ao Senado Federal, para que promova a responsabilização dos investigados.
(B) após o encerramento dos trabalhos investigativos realizados pela comissão parlamentar de inquérito, passa-se à responsabilização dos investigados, que será efetivada pela própria Casa legislativa.
(C) em âmbito federal, a comissão parlamentar de inquérito deve ser deflagrada, conjuntamente, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, vedada a atuação separada das Casas legislativas.
(D) caberá ao Senado Federal criar a comissão parlamentar de inquérito, prerrogativa não extensível à Câmara dos Deputados, por expressa proibição constitucional.
(E) é possível a criação de comissão parlamentar de inquérito pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente.

36

Nos termos da Constituição Federal, determinado órgão do Poder Judiciário, composto por quinze membros, dispõe da competência de efetuar o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, fez-se referência

(A) à Escola Nacional de Formação de Magistrados.
(B) ao Conselho Nacional de Justiça.
(C) ao Superior Tribunal de Justiça.
(D) ao Conselho da Justiça Federal.
(E) ao Supremo Tribunal Federal.

37

José, nascido em Londres, na Inglaterra, se naturalizou, em observância às formalidades legais, brasileiro. José não é, portanto, brasileiro nato. Radicado há dez anos no Brasil, o agente pretende ingressar na vida política do país.

De acordo com a narrativa, José considerou os seguintes cargos:

I. Ministro de Estado da Defesa.

II. Ministro de Estado da Fazenda.

III. Governador de Estado da federação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, José poderá exercer cargo elencado em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

38

Em razão do crescimento de discursos de ódio por meio das redes sociais, nas mais diferentes regiões do Brasil, diversas entidades ligadas à sociedade civil brasileira planejam apresentar projeto de lei, fruto de iniciativa popular, para recrudescer o tratamento dado, pela legislação infraconstitucional, aos crimes perpetrados no ambiente virtual.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que

(A) muito embora não seja possível a apresentação de projeto de lei por meio de iniciativa popular, nada impede que a sociedade civil encaminhe, ao Congresso Nacional, sugestões fundamentadas que justifiquem o recrudescimento do tratamento conferido aos crimes praticados em ambientes virtuais.
(B) a iniciativa popular é admitida, podendo ser exercida pela apresentação, à Câmara dos Deputados, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
(C) legitima-se a iniciativa popular visando ao recrudescimento do tratamento conferido aos crimes praticados em ambientes virtuais, mediante a apresentação de projeto de lei ao Senado Federal, subscrito por, no mínimo, um milhão de cidadãos, com representatividade em todas as regiões do país.
(D) não é cabível projeto de lei proveniente de iniciativa popular, já que o constituinte vinculou e restringiu o alcance do instituto às propostas de emenda à Constituição.
(E) apesar de se tratar de preocupação legítima, não se admite iniciativa popular em relação a projetos de lei que versem sobre Direito Penal.

Direito Administrativo

39

Nos termos da Constituição Federal, será concedido mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *"habeas-corpus"* ou *"habeas-data"*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por

(A) partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

(B) partido político com representação em Assembleia Legislativa ou em Câmara de Vereadores ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

(C) partido político com representação no Congresso Nacional, ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

(D) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos três anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

(E) entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos três anos, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

40

O Serviço Geológico do Brasil (SGB) é uma instituição vinculada ao Ministério de Minas e Energia, responsável por fornecer informações geológicas e geoespaciais essenciais para o desenvolvimento sustentável do país.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que o Ministério de Minas e Energia é

(A) uma pessoa jurídica de direito público, fruto da descentralização administrativa, integrante da Administração Pública Indireta.

(B) uma pessoa jurídica de direito público, fruto da descentralização administrativa, integrante da Administração Pública Direta.

(C) um órgão público, fruto da desconcentração administrativa, integrante da Administração Pública Indireta.

(D) um órgão público, fruto da desconcentração administrativa, integrante da Administração Pública Direta.

(E) um órgão público, fruto da descentralização administrativa, integrante da Administração Pública Direta.

41

Acerca do controle legislativo exercido sobre a Administração Pública e considerando as disposições da Constituição Federal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

( ) As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de quinze dias, bem como a prestação de informações falsas.

( ) Os Ministros de Estado devem comparecer ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, anualmente, por sua iniciativa e mediante entendimentos com as Mesas respectivas, para expor os assuntos de maior relevância de seus Ministérios.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – F.

(B) F – V – F.

(C) V – V – F.

(D) F – F – V.

(E) V – V – V.

42

Matheus, empresário, formalizou pedido, junto à administração pública, para construir determinado estabelecimento comercial. Após a observância das formalidades legais, o Poder Público expediu uma licença, reconhecendo o direito do particular para realizar a referida construção. Desta forma, Matheus poderá exercer a sua atividade econômica organizada e gerar externalidades positivas.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, o Poder Público editou um ato administrativo

(A) enunciativo.

(B) ordinatório.

(C) normativo.

(D) negocial.

(E) punitivo.

43

Durante a execução de determinado contrato administrativo de concessão de serviços públicos, o poder concedente interviu na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, analise as afirmativas a seguir:

I. Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de sessenta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

II. Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será decretada a sua revogação, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

III. Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

É correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

44

João, agente público, contribuiu, culposamente, por meio de conduta negligente, para que se caracterizasse grave dano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Registre-se que em situação diversa, envolvendo a sociedade empresária *Alfa*, constatou-se dano ao meio ambiente, vinculado à omissão da Administração Pública no seu dever de fiscalização.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, o entendimento doutrinário dominante e a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A responsabilidade civil do Estado, no contexto de dano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, tem natureza objetiva, à luz da teoria do risco integral.

( ) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

( ) O agente público João não poderá responder na via regressiva pelos danos causados ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ainda que tenha atuado de forma culposa, por meio de conduta negligente.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – V – F.
(B) V – F – V.
(C) F – V – F.
(D) F – F – V.
(E) V – V – V.

45

Marcos e Caio respondem, em juízo, pela prática de ato doloso de improbidade administrativa. Encerrada a instrução processual, após a observância do contraditório e da ampla defesa, o juízo proferirá sentença.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, o juiz, ao proferir sentença, ***não deve*** considerar

(A) na fixação das penas relativamente ao terceiro, quando for o caso, a sua atuação específica, não admitida a sua responsabilização por ações ou omissões para as quais não tiver concorrido ou das quais não tiver obtido vantagens patrimoniais indevidas.
(B) os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados e das circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.
(C) para a aplicação das sanções, de forma isolada ou cumulativa, os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
(D) na aplicação das sanções, a dosimetria das sanções relativas ao mesmo fato já aplicadas ao agente.
(E) as consequências práticas da decisão, salvo se decidir com base em valores jurídicos abstratos.

Direito Ambiental e Minerário

46

Segundo o Projeto de Lei 1.331/2022, aprovado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado em 2025, a mineração em terras indígenas

(A) é proibida em qualquer circunstância.
(B) pode ocorrer sem consulta às comunidades afetadas.
(C) está liberada para garimpo ilegal.
(D) é permitida apenas com consentimento das comunidades e exclui as áreas de habitação permanente.
(E) não exige licenciamento ambiental.

47

Lucas, ativista de proteção ao meio ambiente, compareceu a uma unidade de conservação, definida como uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, sendo nela permitido, apenas, a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.985/2000, é correto afirmar que Lucas compareceu a uma unidade de conservação de

(A) uso sustentável, mais especificamente a uma Reserva Particular do Patrimônio Natural.
(B) uso sustentável, mais especificamente a uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável.
(C) proteção integral, mais especificamente a um Refúgio da Vida Silvestre.
(D) proteção integral, mais especificamente a um Monumento Natural.
(E) uso sustentável, mais especificamente a uma Reserva de Fauna.

48

Com o objetivo de implementar o seu empreendimento e, ao mesmo tempo, cumprir para com as suas obrigações legais, Jonas, agricultor, buscou informações junto à legislação de regência sobre o que se considera área de preservação permanente no contexto do Direito Ambiental.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.651/2012, ***não é*** considerada área de preservação permanente as

(A) faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de trinta metros, para os cursos d'água de menos de dez metros de largura.
(B) áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de cem metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até vinte hectares de superfície, cuja faixa marginal será de cinquenta metros.
(C) bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a cinquenta metros em projeções horizontais.
(D) encostas ou partes destas com declividade superior a quarenta e cinco graus, equivalente a cem por cento na linha de maior declive.
(E) restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues.

49

Sobre a estrutura geológica brasileira, é correto afirmar que

(A) o Brasil é formado exclusivamente por dobramentos modernos.
(B) escudos cristalinos são recentes e frágeis
(C) é constituída principalmente por escudos cristalinos e bacias sedimentares.
(D) O território brasileiro está localizado em zona de intensa atividade tectônica.
(E) As jazidas de petróleo estão concentradas nos escudos cristalinos.

50

A sociedade empresária *Alfa* tomou conhecimento de que o empreendimento que almeja construir demanda a elaboração de um estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), na forma estabelecida pelo Estatuto da Cidade.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 10.257/2001, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Lei estadual definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público.
( ) O estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades.
( ) A elaboração do estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), nos termos da legislação ambiental.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F, F, F.
(B) F, V, F.
(C) V, F, V.
(D) V, V, F.
(E) F, V, V.

51

Assinale a opção que consiste num instrumento utilizado pela ANM para garantir a governança regulatória no setor de mineração.

(A) Acordos bilaterais com empresas privadas.
(B) Análise de Impacto Regulatória (AIR).
(C) Licença de operação automática.
(D) Isenção fiscal para todas as mineradoras.
(E) Autonomia total das empresas estatais.

52

Com base nas atualizações da Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190/2025) e seus impactos sobre o setor de mineração, assinale a opção compatível com a legislação vigente.

(A) A Licença por Adesão e Compromisso (LAC) pode ser utilizada para qualquer tipo de empreendimento minerário, desde que haja compensação ambiental.
(B) A Licença Ambiental Especial (LAE) permite o licenciamento automático de projetos minerários em áreas sensíveis.
(C) A manifestação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e da Fundação Palmares não é obrigatória em processos de licenciamento que envolvam comunidades tradicionais não tituladas.
(D) Projetos minerários de grande porte, como barragens de rejeitos, não podem ser licenciados por meio da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), mesmo que estejam fora de áreas sensíveis.
(E) A nova legislação elimina a necessidade de Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) para empreendimentos estratégicos.

53

A respeito da estrutura institucional do setor de mineração no Brasil, assinale a opção correta.

(A) O Ministério do Meio Ambiente é o principal responsável pela regulação da mineração.
(B) A Agência Nacional de Mineração (ANM) é subordinada ao Ministério da Justiça
(C) A Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral integra o Ministério de Minas e Energia.
(D) A Petrobras é responsável pela fiscalização das atividades minerárias
(E) O IBAMA concede autorizações de lavra mineral.

54

O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 12.651/2012, analise as afirmativas a seguir:

I. O detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como fim social.
II. A servidão ambiental temporária poderá ser onerosa ou gratuita, vedando-se a perpetuidade do referido instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.
III. O prazo mínimo da servidão ambiental é de dez anos.

Nesse cenário, é correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

55

Marcos, empresário, responde em juízo pela prática de determinado crime ambiental. Sem conhecer a seara jurídica, o agente pediu que seu advogado lhe explicasse os pormenores do processo, em especial no que se refere às perícias realizadas e à reparação do dano causado.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.605/1998, analise as afirmativas a seguir:

I. A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa.
II. É vedado que a perícia produzida no inquérito civil ou no juízo cível seja aproveitada no processo penal, sob pena de ofensa ao contraditório.
III. A sentença penal condenatória, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

56

O Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM-2030) tem como base três diretrizes:

(A) A privatização total das estatais, a abertura irrestrita ao capital estrangeiro e a redução do papel do Estado.
(B) A flexibilização da regulação ambiental, a aceleração da produção e a concentração em commodities
(C) A exclusão da transformação mineral, a priorização apenas da exportação e a desconsideração de cadeias produtivas internas.
(D) A substituição da ANM, a gestão por organismos internacionais e a renúncia à soberania mineral.
(E) A governança pública eficaz, agregação de valor e sustentabilidade.

57

A cadeia produtiva da mineração compreende, entre outras etapas,

(A) apenas a exportação de minérios.
(B) a produção de energia elétrica.
(C) a extração, produção, beneficiamento e comercialização.
(D) a fabricação de veículos automotores.
(E) a distribuição de combustíveis fósseis.

58

Nos termos da Lei nº 9.433/1997, o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Nesse cenário, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

( ) A outorga não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de seu uso.

( ) A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F, V, F.
(B) V, V, F.
(C) F, F, F.
(D) V, F, V.
(E) V, V, V.

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

59

Josefina, com 22 anos de idade, trabalha numa sociedade empresária como aprendiz. Na mesma empresa Ilana, com 21 anos de idade, trabalha como estagiária de direito. Os contratos de Josefina e Ilana estão prestes a terminar. Ocorre que ambas engravidaram e informaram o fato às gerências respectivas.

Considerando esses fatos e a norma de regência, marque a opção que contempla, se for o caso, quem terá garantia provisória no emprego.

(A) Apenas Ilana terá garantia provisória no emprego.
(B) Terão garantia provisória no emprego Josefina e Ilana.
(C) Apenas Josefina terá garantia provisória no emprego.
(D) Nenhuma delas terá estabilidade porque os contratos são por prazo determinado.
(E) Ambas, desde que tenham informado o fato até a 23ª semana da gestação.

60

Angélica trabalha numa sociedade empresária extremamente organizada, e já foi comunicada que no ano de 2026 fruirá férias no mês de abril. Angélica deseja receber a 1ª parcela do 13º salário de 2026 juntamente com as férias, pois planeja nesse período realizar uma viagem para o exterior e precisa desse numerário.

Marque a opção que, de acordo com a norma de regência, contempla o momento em que Angélica deverá fazer essa solicitação ao empregador, para exercer seu direito e ser atendida.

(A) No mês de janeiro de 2026.
(B) Até 30 dias antes do período de férias.
(C) Até o término do exercício financeiro de 2025.
(D) No mês de dezembro de 2025.
(E) Até 2 dias antes do início das férias.

61

Os institutos da prescrição e decadência estão presentes no Direito e no Processo do Trabalho, existindo clara diferença entre eles.

Das ações abaixo listadas, passíveis de manejo na Justiça do Trabalho, marque aquela que não está sujeita a prazo decadencial.

(A) Ajuizamento de ação rescisória.
(B) Ajuizamento de ação de consignação em pagamento.
(C) Impetração de mandado de segurança individual.
(D) Instauração de inquérito a partir da suspensão de dirigente sindical.
(E) Impetração de mandado de segurança coletivo.

62

Gilberto ajuizou reclamação trabalhista contra seu ex-empregador, pelo rito sumaríssimo, atribuindo à causa o valor de R$ 10.000,00, que foi o somatório atualizado dos direitos que reivindicou. Assistido por advogado particular, Gilberto teve sucesso e a sentença reconheceu a procedência total dos seus pedidos, tendo o juiz concedido honorários advocatícios sucumbenciais no percentual máximo fixado na CLT.

Considerando esses fatos e a previsão da CLT, marque a opção que contempla o valor dos honorários deferidos judicialmente.

(A) R$ 1.000,00.
(B) R$ 500,00.
(C) R$ 2.000,00.
(D) R$ 3.000,00.
(E) R$ 1.500,00.

Direito Previdenciário Público e Privado

63

José trabalhou para uma sociedade empresária por 2 anos, sendo dispensado sem justa causa. O ex-empregado recebeu tempestivamente as verbas da sua saída e os formulários para percepção do seguro-desemprego.

Dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social abaixo indicados, marque aquele que, de acordo com a Lei, pode ser recebido por José conjuntamente com o seguro-desemprego.

(A) Auxílio por incapacidade temporária.
(B) Auxílio reclusão.
(C) Aposentadoria.
(D) Auxílio por incapacidade permanente.
(E) Auxílio-acidente.

64

Alexandre é casado com Maria e ambos trabalham na mesma sociedade empresária. Alexandre trabalha no almoxarifado da empresa e recebe 1 salário mínimo por mês. Já Maria chefia um setor estratégico da empresa e recebe o correspondente a 10 salários mínimos mensais. O casal possui 3 filhos com 15, 12 e 7 anos de idade.

Considerando esses fatos e a norma de regência acerca do salário-família, marque a opção correta:

(A) Tanto Alexandre quanto Maria receberão 3 cotas de salário-família.
(B) Não haverá pagamento do salário-família porque a renda familiar supera o limite legal.
(C) Somente Maria receberá 3 cotas de salário-família porque o benefício é exclusivo para as mães.
(D) Somente Alexandre receberá 2 cotas de salário-família.
(E) Alexandre e Maria dividirão igualmente 2 cotas de salário-família.

65

Ênio ingressou no mercado de trabalho em janeiro de 1989, sempre atuando na iniciativa privada, e requereu a sua aposentadoria em agosto de 2025, pois cumpriu os requisitos legais. Ênio optou por permanecer no emprego até que o benefício seja concedido pelo INSS.

Marque a opção que, de acordo com a Lei, contempla o período que será considerado para o cálculo da aposentadoria de Ênio.

(A) Todo o período contributivo de Ênio desde janeiro de 1989.
(B) As últimas 36 contribuições mensais.
(C) 100% do período contributivo desde a competência de julho de 1994.
(D) As 80% maiores contribuições mensais de todo período contributivo.
(E) As contribuições dos últimos 5 anos em razão da prescrição.

66

São fontes da Seguridade Social, dentre outras, as contribuições sociais das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço, dos empregadores domésticos e dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição. Determinada sociedade empresária não está realizando o recolhimento das contribuições devidas, gerando prejuízo para os segurados e para o Poder Público.

Marque a opção que contempla a quem compete, por Lei, fiscalizar, arrecadar e cobrar o recolhimento dessas contribuições.

(A) À Secretaria da Receita Federal do Brasil.
(B) Ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
(C) À Advocacia Geral da União (AGU).
(D) Ao Ministério Público Federal (MPF).
(E) À Defensoria Pública da União (DPU).

Direito Societário

67

Acerca do regime normativo dos Administradores nas Sociedades Anônimas é correto afirmar que

(A) o Administrador é pessoalmente responsável por todos os atos praticar em nome da companhia.
(B) as regras de responsabilidade civil destinadas aos administradores não se aplicam ao Conselho de Administração.
(C) uma pessoa jurídica pode ser nomeada como administradora da Sociedade Anônima.
(D) o Administrador só responde por atos praticados por dolo, mas não responde perante a companhia por culpa no desempenho de suas funções, em decorrência de questões de compliance.
(E) o juiz poderá reconhecer a exclusão da responsabilidade do administrador, se convencido de que este agiu de boa-fé e visando ao interesse da companhia.

68

Sobre as sociedades previstas no código civil é correto dizer que

(A) estão divididas entre sociedades civis e mercantis.
(B) todas as sociedades são consideradas empresárias por força de lei.
(C) na sociedade comandita simples, o sócio comanditado possui responsabilidade limitada ao valor de suas cotas.
(D) a sociedade em conta de participação não possui personalidade jurídica.
(E) a sociedade em comum possui personalidade jurídica, de maneira que os sócios nada respondem pelas obrigações sociais.

69

Sobre a Sociedade Limitada é correto afirmar que

(A) não cabe desconsideração da personalidade jurídica, uma vez que os sócios respondem limitadamente ao capital social.
(B) é vedada a contribuição de sócio para a formação do capital social que consista na prestação de serviços.
(C) os sócios sempre respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, mesmo que ultrapassado o teto do capital declarado.
(D) a sociedade simples não pode adotar a forma de sociedade limitada.
(E) as sociedades limitadas podem emitir ações no mercado de valores mobiliários.

70

Sobre as Sociedades Anônimas é correto afirmar que

(A) são sociedades contratuais e personalistas regidas principalmente pelas normas do Código Civil, cuja forma poderá ser ou não empresária de acordo o objeto a ser explorado pelos acionistas devendo sempre obter autorização da CVM para a sua criação.
(B) nas companhias objeto de desestatização poderá ser criada ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva do ente desestatizante, à qual o estatuto social poderá conferir os poderes que especificar, inclusive o poder de veto às deliberações da assembléia-geral.
(C) não é permitido às Sociedades Anônimas a criação de subsidiárias integrais.
(D) nas sociedades por ações, o acionista não pode vender livremente a sua participação acionária enquanto durar o prazo de existência da sociedade, com o objetivo de ser mantido íntegro o capital social.
(E) as Sociedades de Economia Mista não ostentam a forma de S/A, mas sim de Comanditas por Ações em regime especial de regência por se tratar de pessoas jurídicas de direito público.

Redação

TEXTO I

PADRÕES DE CONSUMO GLOBAL DEVEM MUDAR PARA QUE O PLANETA SOBREVIVA

A vida na Terra está ameaçada. A necessidade de produzir riqueza e promover o crescimento econômico se sobrepõe aos cuidados com a sustentabilidade dos recursos naturais. A lama derramada em Brumadinho é apenas um exemplo, entre milhões, do que o ser humano está disposto a colocar em risco em troca do vil metal. Poluir rios, desmatar florestas, emitir gases de efeito estufa e usar fontes de energia que agridem o planeta de forma irreversível são práticas tão comuns que não se presta atenção no quanto são prejudiciais à própria vida.

O Brasil é campeão em desmatamento e está entre os cinco maiores emissores de gases de efeito estufa (GEE). O país também tem os maiores mananciais de água doce do mundo; portanto, os desafios para assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais são enormes.

SK Simone Kafruni in https://www.correiobraziliense.com.br

TEXTO II

Disponível em http://engenhariacivilemeioambiente.blogspot.com.br/

Com base na leitura dos Textos I e II e em seus próprios conhecimentos sobre a temática, redija um texto dissertativo-argumentativo de, no mínimo 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas, sobre o tema:

É POSSÍVEL ALIAR A SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO?

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

FGV CONHECIMENTO